

# Técnico avalia fixação em pólos geoeconômicos

Um corredor geoeconômico alternativo, a partir de Uruguaiana, passando por Ribeirão Preto e chegando até Patos de Minas! Esta é a proposta do representante da Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR), da Presidência da República Fernando José de Almeida, feita durante a palestra no último dia do I Fórum Nacional Sobre Migração. Segundo ele, "somos ainda um país litorâneo, voltado para o colonizador europeu, e no qual 70 por cento do PIB se concentra à beira-mar, de Salvador a Porto Alegre".

Falando em nome do secretário Egberto Baptista, a quem representava, Fernando de Almeida sugeriu, ainda, um critério pelo qual Governo e sociedade poderão buscar um novo ordenamento para as migrações "de forma a que o direito inalienável de ir e vir ocorra de forma sobretudo digna, com as pessoas sa-

bendo para onde ir e para onde não ir, na busca de sua cidadania plena e da realização econômica".

Esse conhecimento prévio já seria uma realidade nos dias de hoje, acredita Fernando: "Estão aí os dados estimativos da Sudene, anteriores mesmo ao Censo Demográfico, e que

dizem de um decréscimo sensível no fluxo migratório, por todo o País. E, paralelamente, de uma queda nas taxas de natalidade e de fecundidade". Em sua opinião, "os migrantes em potencial hoje são mais informados sobre a saturação das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, São Pau-

FOTOS: CARLOS MOURA



*Almeida defende uma descentralização dirigida*

lo e Belo Horizonte".

Mas, apesar desses sintomas positivos, de que a migração esteja em queda — "é preciso que o Governo intervenha no processo, localizando e priorizando novas opções de ocupação geoeconômica, locais onde os migrantes possam se desenvolver

economicamente e também no plano social, valorizados os aspectos humanos e ecológicos". E sugeriu, como opções, o Vale do São Francisco, a Calha Amazônia, Alta Floresta e toda a região geoeconômica do Distrito Federal, incluindo Goiás e Minas Gerais. Para Fernando, "urge a realização de um programa de descentralização, em termos de ocupação territorial.

E tem, também, uma explicação para o fenômeno migratório: "A inadequação da utilização do dinheiro público, explicitada nas dificuldades de acesso ao crédito, à produção e à tributação". É a essa inadequação que o Governo atribui o fato de — "apesar das taxas de crescimento econômico historicamente observadas, o País não possa dizer-se desenvolvido".

A interiorização, no dizer de Fernando de Almeida, "é o pressuposto básico da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Regional; uma doutrina, mesmo". E, dentro do contexto migratório, tema e motivação do Fórum, "o nosso macroobjetivo é justamente a atenuação das disparidades inter-regionais e interpessoais de renda, através do crescimento com distribuição do produto, e da reorientação das atividades produtivas no território nacional". Ao entender que essa doutrina passa, necessariamente, por uma articulação consequente do crédito, da tributação e do investimento públicos, Fernando acredita estar no interior do País "a solução para os problemas vivenciados em suas aglomerações urbanas".